



TERMO DE REFERÊNCIA

Lei Federal nº. 14.133/2021

Art.70 Decreto Municipal nº. 10.672 de 01 de dezembro de 2023 (Regulamento Geral)

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA TÉCNICA	
Área requisitante	Secretaria Municipal de Esportes - SESP
Responsável pelo termo	Renato Teruo Ikeda
Cargo/função	Engenheiro Civil
E-mail	renato.ikeda@campomourao.pr.gov.br
Telefone	44 3518 1135

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução da obra de **IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA NO JARDIM INDIANÓPOLIS**, no imóvel municipal situado na Rua Lar Paraná, nº 343, Lote 01 da Quadra 05, Campo Mourão/PR, compreendendo campo de futebol Society em grama sintética, campo de futebol auxiliar, vestiários, meia quadra de basquete, parque infantil, academia da terceira idade, drenagem, iluminação, acessibilidade, calçadas, estruturas, instalações e demais serviços complementares, conforme projetos, memoriais, planilha orçamentária, composições, cronograma físico-financeiro, ARTs e demais peças técnicas anexas ao processo.

1.2. O objeto possui natureza de obra pública de engenharia, a ser executada de forma indireta, sob regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, mediante licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, preferencialmente na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL** e adoção de **INVERSÃO DE FASES**, nos termos do art. 17, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 74, § 1º, do Decreto Municipal nº 10.672/2023, observadas as condições e justificativas constantes deste Termo de Referência e de seu Anexo III.

1.3. A contratação contempla intervenção integrada em terreno municipal com área aproximada de 7.200,00 m², abrangendo campo de futebol Society com 2.355,60 m², vestiários com 63,40 m², parque infantil com 57,45 m², academia da terceira idade com 116,55 m², meia quadra de basquete com 331,10 m² e campo de futebol auxiliar com 654,15 m², além das áreas de circulação, drenagem, iluminação, acessibilidade, paisagismo, equipamentos, redes, fechamentos e serviços complementares previstos nos projetos.

1.4. O prazo estimado de execução física da obra é de 6 (seis) meses, contados da emissão da Ordem de Serviço, conforme cronograma físico-financeiro técnico elaborado para o empreendimento. O Plano de Trabalho vinculado ao Protocolo Estadual nº 25.483.429-7 prevê prazo global de 12 (doze) meses para o projeto, abrangendo planejamento da contratação, licitação, execução e prestação de contas, razão pela qual os dois prazos são compatíveis e possuem finalidades distintas. A vigência contratual deverá ser suficiente para mobilização, execução, medições, correção de pendências, recebimentos, pagamentos e encerramento administrativo.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação encontra fundamento na necessidade pública formalizada no Documento de Formalização da Demanda e aprofundada no Estudo Técnico Preliminar, consistente em ampliar e qualificar a infraestrutura esportiva e de lazer disponível no Jardim Indianópolis, aproveitando imóvel municipal e criando espaço público seguro, acessível, inclusivo, funcional e durável, em conformidade com os arts. 6º, XXIII, 18 e demais dispositivos aplicáveis da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como com o art. 70 do Decreto Municipal nº 10.672/2023.





2.2. A situação atual evidencia limitação funcional e qualitativa do espaço esportivo existente, que conta com campo em grama natural, mas não dispõe, de forma integrada, da infraestrutura projetada para diferentes modalidades, faixas etárias e condições de acessibilidade. A intervenção busca oferecer condições adequadas de prática esportiva, lazer, convivência comunitária, iluminação, drenagem, circulação acessível, apoio sanitário e utilização segura por crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência, atletas e demais usuários.

2.3. O Estudo Técnico Preliminar concluiu pela viabilidade da execução completa da solução projetada em contrato único, diante da maturidade dos projetos e da interdependência entre terraplenagem, drenagem, fundações, estruturas, vestiários, pisos, grama sintética, alambrados, instalações elétricas e hidrossanitárias, calçadas acessíveis e equipamentos esportivos e recreativos. O empreendimento já dispõe de memorial descritivo, projetos complementares, orçamento, cronograma e ART de projeto e orçamento, permitindo definição objetiva do escopo e dos padrões de desempenho e qualidade.

2.4. A solução observa os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, segurança jurídica, sustentabilidade, acessibilidade, competitividade, transparência e gestão de riscos, buscando resultado durável, redução de intervenções corretivas futuras e melhor aproveitamento do patrimônio público municipal.

2.5. A fase preparatória também conclui pela conveniência da inversão das fases de habilitação e julgamento. A medida não decorre apenas do valor da obra, mas da necessidade de assegurar que a disputa econômica seja realizada entre licitantes previamente qualificados quanto à capacidade jurídica, técnica e econômico-financeira necessária ao cumprimento de um cronograma concentrado de 6 (seis) meses e de etapas executivas interdependentes, reduzindo o risco de propostas agressivas formuladas por empresas sem estrutura compatível, sucessivas inabilitações posteriores, paralisações, retrabalho e comprometimento do resultado público. A motivação detalhada consta do Anexo III.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução consiste na implantação completa da infraestrutura esportiva planejada para o Jardim Indianópolis, transformando o espaço municipal existente em complexo esportivo e de lazer apto ao uso comunitário, com integração física e funcional entre campos, vestiários, quadra, parque infantil, academia ao ar livre, circulação, acessibilidade, drenagem, iluminação e equipamentos.

3.2. A execução abrange, entre outros serviços, mobilização e desmobilização de canteiro, locação, limpeza e movimento de terra, drenagem profunda e superficial, fundações e estruturas de concreto, alvenaria e acabamentos dos vestiários, instalações elétricas, iluminação externa, água e esgoto, calçadas e pisos acessíveis, alambrados e redes, implantação de campo Society e campo auxiliar, fornecimento e instalação de grama sintética, equipamentos esportivos, playground e academia da terceira idade, além de limpeza, testes, ajustes e entrega final.

3.3. A descrição técnica detalhada consta dos projetos arquitetônico, estrutural, elétrico, hidrossanitário, drenagem, planialtimétrico/terraplenagem, memoriais descritivos, planilha orçamentária, composições de custos, cronograma físico-financeiro, ART nº 1720262219623 e demais documentos técnicos anexos, que integram a contratação para todos os fins.

3.4. O ciclo de vida da solução compreende planejamento, licitação, contratação, mobilização, execução, controle tecnológico e de materiais, fiscalização, medições, testes, recebimento provisório, correção de pendências, recebimento definitivo, garantia legal e contratual, operação e manutenção ordinária futura do equipamento público pelo Município.

3.5. Por se tratar de obra por escopo, não haverá manutenção continuada pela contratada após o recebimento definitivo, sem prejuízo de sua responsabilidade por vícios, defeitos, falhas de execução, desconformidades, solidez, segurança, desempenho e durabilidade, durante os prazos legais e contratuais de garantia, inclusive quanto aos equipamentos e sistemas fornecidos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO





4.1. A contratação deverá observar requisitos de capacidade técnico-operacional, jurídicos, econômico-financeiros, ambientais, de segurança, acessibilidade e execução compatíveis com a implantação do complexo esportivo, sem imposição de exigências superiores às estritamente necessárias para assegurar o resultado da obra e a proteção do interesse público.

4.2. A contratada deverá executar integralmente o objeto conforme projetos, memoriais, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, composições de custos, ARTs e demais peças técnicas aprovadas, observando as normas da ABNT aplicáveis, inclusive as relativas à acessibilidade, instalações elétricas de baixa tensão, estruturas de concreto, instalações prediais, playgrounds, segurança do trabalho, gestão de resíduos da construção civil e demais regulamentos técnicos e municipais incidentes.

4.3. Deverá ser mantido responsável técnico legalmente habilitado perante o Sistema CONFEA/CREA ou CAU, com atribuições compatíveis com os serviços a serem executados, além de equipe operacional, equipamentos, ferramentas, materiais e estrutura de apoio suficientes para o cumprimento simultâneo das frentes de serviço previstas no cronograma.

4.4. Antes do início da execução deverão ser apresentados, quando previstos no edital e contrato, ART de execução, garantia contratual, seguros, indicação de responsável técnico e preposto, plano de mobilização e execução, cronograma detalhado compatibilizado, relação de equipe e equipamentos, plano de controle de qualidade, plano de segurança e gestão de resíduos, além dos documentos necessários à emissão da Ordem de Serviço.

4.5. A vistoria técnica será facultativa, assegurada a possibilidade de substituição por declaração formal do responsável técnico do licitante de que conhece o local e as condições de execução, nos termos do art. 63, §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133/2021. A ausência de vistoria não poderá fundamentar pretensão posterior baseada em circunstâncias ordinariamente verificáveis nos documentos e no local da obra.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução ocorrerá de forma indireta, por empresa especializada, qualificada e habilitada, mediante Ordem de Serviço emitida pela Administração, observados o contrato, o edital, este Termo de Referência, os projetos, memoriais, planilhas, cronograma físico-financeiro, mapa de riscos e demais documentos técnicos.

5.2. A contratada somente poderá iniciar os serviços após a assinatura do contrato, apresentação das garantias e seguros exigidos, ART de execução, indicação de responsável técnico e preposto e autorização formal da fiscalização. A mobilização deverá ser coordenada com a Administração para preservação da segurança e do funcionamento das áreas do entorno.

5.3. A sequência executiva deverá respeitar a lógica técnica do empreendimento, contemplando canteiro e serviços preliminares, locação, limpeza, movimento de terra, drenagem, fundações, estruturas, alvenaria e vestiários, instalações, pavimentações e pisos, campos e grama sintética, alambrados, iluminação, acessibilidade, equipamentos esportivos e recreativos, acabamentos, testes, limpeza e entrega final, sem prejuízo de paralelização tecnicamente compatível de frentes de serviço.

5.4. A contratada deverá manter o canteiro organizado, isolado e seguro, proteger usuários, trabalhadores e terceiros, controlar acessos, poeira, ruído, materiais e resíduos, preservar redes e bens públicos existentes e recompor áreas eventualmente afetadas pela execução.

5.5. O controle de qualidade deverá abranger os materiais novos de primeira qualidade e serviços relevantes, inclusive concretos, fundações, drenagem, bases e pisos, grama sintética, estruturas metálicas, instalações elétricas e hidrossanitárias, equipamentos esportivos, playground e academia ao ar livre, mediante ensaios, certificados, laudos, registros fotográficos, testes de funcionamento e outros documentos previstos nos projetos, memoriais ou solicitados de forma objetiva pela fiscalização.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão e a fiscalização do contrato serão realizadas por servidores formalmente designados pela Administração, observando a Lei Federal nº 14.133/2021, o





Decreto Municipal nº 10.625/2023, o Decreto Municipal nº 10.672/2023 e demais normas internas aplicáveis. A fiscalização contratual indicada para este processo será exercida por Maria Carolina Rodrigues e Silva Manfrini, sem prejuízo da designação de gestor, suplentes e, quando necessário, apoio técnico de profissional legalmente habilitado para atos privativos de engenharia.

6.2. O gestor do contrato deverá coordenar o acompanhamento administrativo, controlar prazos, garantias, seguros, aditivos, comunicações, notificações, documentação, pagamentos, eventuais sanções, recebimentos e encerramento contratual, articulando-se com a fiscalização e com as áreas técnicas responsáveis.

6.3. O fiscal do contrato deverá acompanhar a execução física, verificar a conformidade dos serviços com os projetos e memoriais, registrar ocorrências, conferir o cronograma, instruir as medições, exigir correções e comunicar tempestivamente ao gestor as inconformidades. Os atos que demandem atribuição profissional específica de engenharia deverão contar com a atuação do responsável técnico/fiscalização técnica legalmente habilitada.

6.4. A fiscalização administrativa deverá acompanhar a manutenção das condições de habilitação, garantias, seguros, obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, documentação exigida para pagamento e demais aspectos administrativos do contrato, podendo tais atribuições ser distribuídas por ato de designação conforme a organização municipal.

6.5. Recomenda-se reunião inicial de gestão contratual entre SESP, SEIMOB, DICOL, gestor, fiscal, equipe técnica e contratada, para alinhamento de cronograma, critérios de medição, IMR, comunicação, segurança, controle de materiais, acessibilidade, tratamento de interferências, aprovação de amostras quando cabível e fluxo de decisões.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A medição será realizada com base nos serviços e etapas efetivamente executados, aferidos e aceitos pela fiscalização, em consonância com o regime de empreitada por preço global, a planilha orçamentária, os projetos, memoriais, cumprimento das parcelas mensais contidas no cronograma físico-financeiro e critérios de medição. Os preços unitários da planilha funcionarão como referenciais para composição e controle da evolução física, sem alterar a natureza global da contratação.

7.2. O pagamento de cada medição ficará condicionado à apresentação de boletim de medição, relatório técnico e fotográfico, diário de obra, documentos de controle de qualidade e testes aplicáveis, nota fiscal e demais documentos contratuais, bem como ao resultado do Instrumento de Medição de Resultados - IMR, na forma do Anexo II, sem prejuízo das verificações de regularidade exigíveis.

7.3. Não serão medidos ou pagos materiais depositados na obra, serviços não executados, rejeitados ou executados em desconformidade com os projetos, memoriais, especificações, normas técnicas ou determinações da fiscalização. A Administração poderá promover glosa, retenção da parcela afetada ou suspensão da medição até a correção, sem que isso constitua sanção autônoma.

7.4. A aprovação de medição não implica recebimento definitivo nem exonera a contratada de responsabilidade por vícios, defeitos, insuficiência de materiais, falhas de drenagem, acessibilidade, segurança, funcionamento, acabamento, solidez ou durabilidade constatados posteriormente.

7.5. O recebimento provisório ocorrerá após a conclusão integral do objeto e vistoria da fiscalização. O recebimento definitivo ficará condicionado à possíveis constatações de necessidade de correção/defeito, entrega de documentação final, testes de funcionamento, comprovação da conformidade dos equipamentos e instalações e atendimento às demais condições contratuais.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICA

8.1.1. A seleção do fornecedor será realizada mediante **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL**, regime de execução por **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL** e inversão das fases de habilitação e julgamento,





considerando a existência de projetos, memoriais, planilha orçamentária, composições de custos e cronograma físico-financeiro suficientemente definidos.

8.1.2. Para fins procedimentais, o objeto será tratado como obra comum de engenharia, de baixa complexidade relativa. O enquadramento decorre da possibilidade de definição objetiva dos padrões de desempenho e qualidade por projetos e especificações usuais de mercado, e não da ausência de responsabilidade técnica ou de controle. Os serviços são executados por métodos construtivos correntes e amplamente conhecidos, sem tecnologia singular, inovação obrigatória, solução experimental ou julgamento subjetivo de técnica.

8.1.3. Adotado o menor preço global, o enquadramento como obra comum de engenharia permite a utilização do prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de propostas, nos termos do art. 55, II, "a", da Lei nº 14.133/2021, desde que todos os projetos, memoriais, planilhas, composições, cronograma, critérios de medição e demais documentos necessários estejam disponibilizados e estabilizados. A Administração poderá fixar prazo superior por conveniência, sem alteração da classificação do objeto.

8.1.4. Será adotada a **INVERSÃO DE FASES**, com a habilitação antecedendo a apresentação de propostas/lances e o julgamento, mediante previsão expressa no edital e ato motivado, conforme art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e art. 74, § 1º, do Decreto Municipal nº 10.672/2023. A medida busca assegurar que a disputa econômica ocorra entre licitantes que tenham demonstrado previamente capacidade jurídica, técnica e econômico-financeira compatível com a execução do empreendimento, reduzindo o risco de competição baseada exclusivamente em preço por agentes sem estrutura suficiente e de sucessivas inhabilitações após a fase competitiva.

8.1.5. A inversão de fases não autoriza ampliação indevida das exigências de habilitação. Serão exigidos apenas documentos necessários e proporcionais às parcelas relevantes e aos riscos do objeto. Em observância ao art. 63, III, da Lei nº 14.133/2021, os documentos relativos à regularidade fiscal serão exigidos, em qualquer caso, somente após o julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado, preservando-se também os benefícios legais aplicáveis às microempresas e empresas de pequeno porte.

8.1.6. Será exigida dos licitantes declaração de atendimento aos requisitos de habilitação e declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos necessários ao cumprimento das obrigações trabalhistas, respondendo o declarante pela veracidade das informações prestadas.

8.1.7. Também será exigida declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social, quando aplicável, bem como declaração de cumprimento do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

8.1.8. Para habilitação jurídica serão exigidos os atos constitutivos e documentos de representação pertinentes, além de comprovação de ramo de atividade compatível com construção civil, obras de engenharia, implantação de infraestrutura urbana/esportiva, edificações ou atividades correlatas, sem restrições indevidas de objeto social.

8.1.9. A habilitação fiscal, social e trabalhista observará os arts. 63 e 68 da Lei nº 14.133/2021 e o edital, respeitado o momento próprio de apresentação dos documentos de regularidade fiscal na hipótese de inversão de fases.

8.1.10. Para habilitação econômico-financeira serão exigidos balanço patrimonial, demonstração de resultado e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, quando exigíveis, certidão negativa de falência ou documento equivalente e índices de Liquidez Corrente, Liquidez Geral e Solvência Geral iguais ou superiores a 1,00, admitida, quando prevista no edital e juridicamente adequada, comprovação alternativa de capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo, limitada a até 10% do valor estimado da contratação.

8.1.11. Os índices serão calculados pelas fórmulas: $LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$; $LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$; $SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$. A motivação da exigência consta do Anexo III.

8.1.12. Os parâmetros econômico-financeiros visam aferir capacidade mínima de suportar mobilização, aquisição de materiais, folha, equipamentos, garantias e demais obrigações de





obra com execução concentrada, sem exigir índices especiais ou condições desproporcionais que reduzam indevidamente a competitividade.

8.1.13. Para fins de registro profissional serão exigidos os documentos da pessoa jurídica e do(s) responsável(is) técnico(s) perante o CREA ou conselho competente, com atribuições compatíveis com os serviços. O vínculo poderá ser comprovado por contrato social, vínculo empregatício, contrato de prestação de serviços, declaração de disponibilidade ou outro meio juridicamente idôneo.

8.1.14. Quando a empresa ou profissional estiver registrado em outra unidade da Federação, eventual visto/registro no CREA-PR poderá ser exigido para a contratação ou antes da Ordem de Serviço, evitando-se transformar a formalidade de visto prévio em barreira à participação no certame.

8.1.15. Para qualificação técnico-profissional será exigida Certidão de Acervo Técnico - CAT, acompanhada do respectivo atestado, em nome de profissional indicado, comprovando experiência compatível com parcela de maior relevância técnica do objeto.

8.1.16. Para qualificação técnico-operacional serão exigidos atestados em nome da empresa licitante, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, admitida CAO ou documento equivalente quando cabível, demonstrando execução satisfatória de obras com características tecnológicas e operacionais compatíveis.

8.1.17. As exigências de acervo e atestados serão restritas às parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo, vedada a exigência isolada para placa de obra, canteiro, administração local, limpeza, pequenos acabamentos, itens de apoio ou outras parcelas acessórias que não representem efetivo risco técnico para o resultado da contratação.

8.1.18. Para fins de habilitação técnica, e sem prejuízo de validação final da engenharia com base na Curva ABC e na planilha definitiva, consideram-se parcelas potencialmente relevantes: I - implantação de campo esportivo com drenagem/base e fornecimento/instalação de grama sintética; II - sistema de drenagem profunda e pluvial, inclusive drenos, tubulações e caixas; III - fundações e estruturas de concreto/alvenaria da infraestrutura esportiva e vestiários. As exigências deverão refletir apenas características indispensáveis à demonstração de aptidão.

8.1.19. Os quantitativos mínimos eventualmente fixados para comprovação técnico-operacional não poderão superar 50% dos quantitativos das respectivas parcelas relevantes, devendo constar objetivamente do edital e ser sustentados pela planilha orçamentária e pelos projetos.

8.1.20. Será admitido o somatório de até 02 (dois) atestados/acervos por parcela relevante, salvo justificativa técnica diversa. Não será imposto número mínimo de atestados, sendo suficiente um único documento quando, por si só, demonstrar o atendimento integral ao requisito.

8.1.21. A limitação ao somatório de até 02 (dois) documentos busca equilibrar competitividade e consistência da experiência comprovada, evitando tanto exigir um único contrato anterior de grande porte quanto admitir pulverização excessiva de experiências pequenas e desconexas que não revelem capacidade operacional real.

8.1.22. Será admitida a participação de empresas em consórcio, limitado, em princípio, a até 03 (três) integrantes, observadas as condições do edital, a responsabilidade solidária, a indicação de empresa líder, a vedação de participação simultânea isolada e consorciada e as regras de somatório de capacidade técnica e econômico-financeira previstas na Lei nº 14.133/2021.

8.1.23. Será exigida garantia de proposta no percentual de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, equivalente, na presente estimativa, a R\$ 26.845,67, como requisito de pré-habilitação, a ser comprovada no momento da apresentação da proposta, nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021. A vencedora deverá prestar garantia contratual de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, sem prejuízo da garantia adicional prevista no art. 59, § 5º, da Lei nº 14.133/2021 quando a proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do orçamento da Administração, bem como apresentar os seguros exigidos neste Termo de Referência antes da emissão da Ordem de Serviço.





8.2. DA CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, INCLUSIVE AVALIANDO O ASPECTO LOCAL E REGIONAL

8.2.1. A contratação não será exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, pois o objeto corresponde a uma única obra de engenharia, com valor global superior ao limite legal de exclusividade e etapas interdependentes cuja cisão comprometeria a responsabilidade técnica, o cronograma, a integração entre sistemas e a gestão contratual.

8.2.2. Não será estabelecida reserva de cota material do objeto, por se tratar de contratação global e integrada de obra, tecnicamente inconveniente de fracionar entre executores distintos. Permanecem assegurados os benefícios legais das ME/EPP aplicáveis ao procedimento, inclusive critérios de desempate e regularização no momento legalmente cabível.

8.2.3. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.2.3.1. Nos termos do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021, poderá ser admitida a subcontratação de partes da obra, de serviços ou de fornecimentos integrantes do objeto, até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração e observadas as condições, parcelas e percentuais que vierem a ser estabelecidos no edital e no contrato. A subcontratação dependerá de prévia e expressa autorização da Administração, não implicará novação ou transferência do vínculo contratual e não reduzirá a responsabilidade integral da contratada principal pela execução do objeto.

8.2.3.2. A contratada deverá apresentar previamente à Administração a documentação necessária à comprovação da capacidade técnica do potencial subcontratado para a parcela que se pretenda subcontratar, a qual será avaliada pela fiscalização/gestão e juntada aos autos. O edital poderá vedar, restringir ou estabelecer condições adicionais para a subcontratação, inclusive quanto às parcelas de maior relevância técnica, de modo a preservar a responsabilidade técnica, a qualidade, a segurança e a adequada execução do empreendimento.

8.2.3.3. É vedada a subcontratação integral do objeto. A subcontratação parcial não cria vínculo contratual direto entre a Administração e a subcontratada e não afasta a responsabilidade da contratada principal pela qualidade, segurança, prazo, medição, garantias, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e ambientais, danos a terceiros e conformidade dos serviços executados.

8.2.3.4. Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que se enquadre nas hipóteses impeditivas previstas no art. 122, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, devendo a proibição constar expressamente do edital. A contratada deverá declarar e demonstrar, quando solicitado, a inexistência dos vínculos vedados.

8.2.3.5. Para aspectos técnicos específicos, a utilização de atestados relativos a potencial subcontratado para fins de qualificação técnica, deverá ser observado o limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto licitado, na forma do art. 67, § 9º, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais condições de habilitação e da autorização posterior da subcontratação.

8.2.4. POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO E ALTERAÇÃO SUBJETIVA DURANTE A EXECUÇÃO CONTRATUAL

8.2.4.1. A alteração subjetiva da contratada somente será admitida nas hipóteses legalmente permitidas, mediante análise técnica e jurídica, autorização expressa e comprovação de que a eventual sucessora mantém as condições necessárias à execução.

8.2.4.2. Em caso de consórcio, eventual alteração de composição dependerá de prévia autorização da Administração e não poderá reduzir a capacidade técnica, econômico-financeira ou a responsabilidade exigida no certame.

8.3. A proposta vencedora deverá atender integralmente aos projetos, memoriais, planilha orçamentária, composições, cronograma, critérios de medição, requisitos de qualidade e demais condições do edital e anexos. Após o julgamento, a vencedora deverá adequar as planilhas de quantitativos, custos unitários, BDI e encargos sociais ao valor final da proposta, na forma do art. 56, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

9. VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. ANEXO I – PLANILHA DE VALOR





O valor estimado da contratação é de R\$ 2.684.567,48 (dois milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta e oito centavos), conforme Orçamento Sintético do empreendimento - Implantação de Infraestrutura Esportiva no Jardim Indianópolis, datado de 15/04/2026, sem desoneração.

A estimativa foi estruturada a partir dos quantitativos dos projetos e de composições de custos com referências SINAPI-03/2026, ORSE-02/2026, DER-08/2025, composições próprias e cotações, com BDI principal de 22,23% e encargos sociais indicados no orçamento, sob responsabilidade técnica vinculada à ART nº 1720262219623.

O valor estimado será considerado referência máxima da licitação, ressalvada eventual atualização ou revisão técnica formalmente promovida antes da publicação do edital. Qualquer alteração deverá manter rastreabilidade com a planilha analítica e os documentos de engenharia.

A planilha resumida consta do Anexo I deste Termo de Referência, sem prejuízo da planilha orçamentária analítica, composições e demais documentos técnicos que integram o processo e deverão acompanhar o edital.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E COMPATIBILIDADE COM PPA E LOA

10.1. A contratação deverá observar a disponibilidade orçamentária e financeira já declarada para a contrapartida municipal, a formalização do repasse estadual e a correta segregação das respectivas fontes, além da compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA 2026-2029, Lei Orçamentária Anual - LOA 2026 e Plano de Contratações Anual - PCA/2026.

10.2. A demanda está alinhada ao Eixo 4 - Saúde e Qualidade de Vida, subeixo Esporte e Lazer, e às ações municipais voltadas à ampliação do acesso à prática esportiva, lazer, convivência e qualidade de vida, bem como ao planejamento setorial da Secretaria Municipal de Esportes.

10.3. A composição financeira do projeto está identificada no Protocolo Estadual nº 25.483.429-7. O custo total é de R\$ 2.684.567,48, com repasse estadual pretendido de R\$ 2.000.000,00, por transferência Fundo a Fundo com fundamento na Deliberação nº 01/2026 do Conselho Estadual do Esporte - CEE, e contrapartida municipal de R\$ 684.567,48, correspondente a aproximadamente 25,50% do projeto. A classificação contábil específica do ingresso do repasse estadual no Fundo Municipal do Esporte - FME deverá ser confirmada pela Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento antes do empenho.

10.4. Os recursos financeiros de Fundo a Fundo serão destinados através da seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 15 - Secretaria Municipal de Infraestrutura, Segurança e Mobilidade Urbana - SEIMOB;

Unidade: 002 - Gerência de Infraestrutura;

Programa: 0022 - Manutenção e Recuperação de Próprios Públicos;

Ação: 2101 - Manutenção e Revitalização dos Próprios Públicos;

Natureza da Despesa: 4.4.90.51 - Obras e Instalações;

Fonte: 1237 - BB 95934-0 Revitalização com Implantação de Campos de Futebol Society - Deliberação n. 01/2026.

10.5. Para a contrapartida municipal, a Declaração de Contrapartida Financeira, de 15/04/2026, indica a seguinte rubrica orçamentária:

Órgão 15 - Secretaria Municipal de Infraestrutura, Segurança e Mobilidade Urbana - SEIMOB;

Unidade 002 - Gerência de Infraestrutura;

Função 0015 - Urbanismo;

Programa 0022 - Manutenção e Recuperação de Próprios Públicos;

Ação 2101 - Manutenção e Revitalização dos Próprios Públicos;

Natureza da Despesa 4.4.90.51 - Obras e Instalações;

Fonte 654 - Operações de Crédito (2025).

A utilização e eventual suplementação/adequação da dotação deverão ser confirmadas pela contabilidade municipal no momento da reserva, empenho e execução financeira.

11. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PREFERENCIALMENTE CONFORME CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO





11.1. Por se tratar de obra pública de engenharia, não se aplica catálogo eletrônico de padronização como descrição única do objeto. As especificações técnicas encontram-se nos projetos, memoriais, planilhas, composições e demais peças de engenharia, admitindo-se produtos similares de igual ou melhor qualidade quando o próprio memorial assim permitir e mediante aprovação formal da fiscalização.

11.2. A obra compreende, entre outros serviços e fornecimentos, canteiro de obras, movimento de terra, drenagem, fundações, estruturas de concreto, alvenaria, revestimentos, esquadrias, instalações elétricas e hidrossanitárias, iluminação, calçadas e pisos acessíveis, alambrados e redes, grama sintética, campos esportivos, meia quadra de basquete, vestiários, playground, academia da terceira idade, equipamentos e demais complementos previstos no projeto.

11.3. Os materiais e equipamentos deverão observar os padrões mínimos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança definidos nos documentos técnicos com base nas NBR específicas de cada serviço. A fiscalização poderá exigir, quando tecnicamente necessário, amostras, catálogos, certificados, laudos, ensaios, fichas técnicas, notas fiscais e testes de funcionamento antes da aceitação e incorporação definitiva, sem ônus ao Contratante.

12. DA ENTREGA DOS PRODUTOS OU FORMA DE FORNECIMENTO E/OU PRESTAÇÃO DO SERVIÇOS

12.1. Os serviços serão executados no imóvel municipal situado na Rua Lar Paraná, nº 343, Lote 01 da Quadra 05, Jardim Indianópolis, Campo Mourão/PR, conforme implantação, coordenadas, plantas e demais elementos técnicos do processo.

12.2. A execução seguirá o cronograma físico-financeiro aprovado e as frentes de serviço autorizadas pela fiscalização, observando a sequência técnica, segurança do trabalho, acessibilidade, proteção de terceiros, organização do canteiro, controle de materiais e medidas ambientais.

12.3. O recebimento provisório será realizado após conclusão integral e vistoria, sem registro de pendências. O recebimento definitivo dependerá da correção das pendências constatadas no período posterior ao recebimento provisório, entrega de documentação final, testes e comprovação de funcionamento e conformidade das instalações, equipamentos e superfícies esportivas.

12.4. A contratada deverá entregar a área limpa, desmobilizada, segura e apta ao uso, removendo entulhos e resíduos, recompondo áreas afetadas e apresentando os comprovantes de destinação ambientalmente adequada quando exigidos.

13. PRAZO DE CONTRATO E REAJUSTE

13.1. O prazo de execução física da obra será de 6 (seis) meses, contados da emissão da Ordem de Serviço, conforme cronograma físico-financeiro técnico, salvo alteração devidamente justificada e formalizada nos termos legais e contratuais. O prazo global de 12 (doze) meses constante do Plano de Trabalho do Protocolo Estadual nº 25.483.429-7 refere-se ao ciclo do projeto, incluindo planejamento, licitação, execução e prestação de contas, e deverá ser observado na gestão do instrumento de transferência.

13.2. O prazo de vigência contratual será fixado de modo a abranger mobilização, execução, medições, recebimento provisório, correção de pendências, recebimento definitivo, pagamentos e encerramento administrativo, podendo ser superior ao prazo físico de execução e prorrogado nas hipóteses legalmente admitidas.

13.3. Prazo de vigência do contrato será de 12 meses a partir da assinatura da contratada na Ordem de Serviço.

13.4. Eventual prorrogação deverá ser formalmente motivada, demonstrar a causa, a adequação do novo cronograma, a manutenção das garantias e a observância da Lei nº 14.133/2021, sem afastar a apuração de responsabilidade quando o atraso for imputável à contratada.

13.5. O reajuste observará o interregno mínimo de 12 (doze) meses contado da data-base do orçamento estimado, mediante índice setorial previsto no edital e contrato e compatível com obras de construção civil, sem prejuízo das regras legais de reequilíbrio econômico-financeiro.





14. DA GARANTIA

14.1. A contratada deverá apresentar garantia de execução no percentual definido no edital e contrato, sugerindo-se 5% (cinco por cento) do valor contratado, em modalidade admitida pelo art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. A exigência de garantia deverá ser proporcional à natureza e ao porte da obra. Eventual adoção de percentual superior ao padrão indicado dependerá de justificativa específica. Será aplicada a garantia adicional prevista em lei quando a proposta vencedora se enquadrar na hipótese legal pertinente às obras e serviços de engenharia.

14.3. Quando previsto no edital, a contratada deverá apresentar Seguro de Riscos de Engenharia e Seguro de Responsabilidade Civil de Obras, com coberturas compatíveis com danos ao canteiro, materiais, instalações, equipamentos, terceiros, usuários, imóveis do entorno e patrimônio público.

14.4. As garantias e apólices deverão manter vigência compatível com a execução e, quando cabível, com o recebimento provisório, sendo renovadas ou endossadas em caso de prorrogação.

14.5. A contratada responderá pela garantia legal e contratual da obra, inclusive quanto à solidez, estabilidade, segurança, desempenho, acessibilidade, durabilidade, funcionamento de instalações e equipamentos e correção de vícios ou falhas, conforme legislação em vigor.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Executar integralmente o objeto conforme contrato, edital, Termo de Referência, projetos, memoriais, planilhas, cronograma, normas técnicas e determinações formais da fiscalização.

15.2. Apresentar ART de execução, responsável técnico, preposto, cronograma detalhado, documentação de segurança, garantia, seguros e demais documentos exigidos antes da Ordem de Serviço e mantê-los atualizados durante a execução.

15.3. Manter equipe técnica, mão de obra, equipamentos, ferramentas, materiais e logística compatíveis com as frentes de serviço e com o prazo de 6 (seis) meses, respondendo por todos os encargos legais e pela coordenação de subcontratados autorizados.

15.4. Cumprir normas de segurança do trabalho, acessibilidade, meio ambiente, instalações, proteção de terceiros e usuários, mantendo o canteiro isolado, sinalizado, limpo e organizado e adotando medidas para controle de poeira, ruído e riscos.

15.5. Executar ensaios, testes, controles e comprovações de qualidade exigidos pelos projetos e memoriais ou por solicitação da fiscalização, especialmente para concreto, drenagem, bases e pisos, instalações, grama sintética, playground, academia e demais equipamentos, mantendo diário de obra e registros fotográficos, totalmente sem ônus ao contratante.

15.6. Corrigir, refazer, substituir ou remover, às suas expensas, serviços, materiais ou equipamentos rejeitados ou executados em desconformidade, nos prazos fixados pela fiscalização.

15.7. Gerenciar e destinar adequadamente os resíduos da construção civil e demais resíduos gerados, apresentando MTRs, certificados, recibos, notas ou documentos equivalentes quando solicitados, em conformidade com a legislação ambiental aplicável.

15.8. Manter as condições de habilitação exigíveis durante a execução e comunicar imediatamente fatos que possam comprometer prazo, qualidade, segurança, orçamento ou regularidade da obra.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. Designar gestor, fiscal contratual, fiscal administrativo, suplentes e apoio técnico necessário, com definição clara das atribuições e observância da segregação de funções.

16.2. Emitir Ordem de Serviço somente após o atendimento das condições prévias previstas no contrato e disponibilizar acesso ao local de execução.

16.3. Disponibilizar à contratada os projetos, memoriais, planilhas, cronograma e demais informações necessárias, respondendo tempestivamente às solicitações técnicas devidamente formuladas.

16.4. Acompanhar, fiscalizar, medir e receber os serviços, aplicando o IMR, registrando ocorrências, notificações, glosas, pendências, decisões e demais atos da gestão contratual.





16.5. Realizar os pagamentos devidos após medição regular, aceite dos serviços e instrução documental correspondente, observada a ordem cronológica e as regras municipais aplicáveis.

16.6. Analisar pedidos de alteração, prorrogação, reequilíbrio, substituição de responsável técnico, subcontratação e demais requerimentos, mediante manifestação técnica e jurídica quando necessária.

16.7. Adotar as providências corretivas e sancionatórias cabíveis diante de inexecução, atraso injustificado, vícios, descumprimento de determinação, risco à segurança ou demais infrações, assegurados contraditório e ampla defesa.

17. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

17.1. A contratação pretende ampliar e qualificar a oferta pública de esporte e lazer no Jardim Indianópolis, criando estrutura integrada, acessível e segura para diferentes modalidades, faixas etárias e perfis de usuários.

17.2. Espera-se promover melhor aproveitamento do patrimônio municipal, descentralizar atividades esportivas, ampliar oportunidades de convivência comunitária e prática regular de atividade física e oferecer condições adequadas para crianças, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência.

17.3. A solução integrada pretende reduzir custos futuros de intervenções corretivas decorrentes de implantação fragmentada, preservar o investimento por meio de drenagem e execução coordenada, aumentar a durabilidade dos pisos, campos, estruturas e instalações e facilitar a gestão e manutenção futura do equipamento público.

17.4. O resultado esperado é a entrega do complexo esportivo integralmente funcional, com campos e quadra em condições de uso, vestiários concluídos, acessibilidade implantada, sistemas elétricos e hidrossanitários operacionais, drenagem eficiente, playground e academia instalados e área limpa, segura e apta à utilização pública.

18. DO CATÁLOGO/PORTFÓLIO E/OU AMOSTRA

18.1. Não será exigido catálogo, portfólio ou amostra como requisito de habilitação ou classificação geral da proposta. A aptidão será aferida pelos documentos de habilitação e a conformidade da obra pelos projetos, memoriais, fiscalização, testes e recebimentos.

18.2. Durante a execução, a Administração poderá exigir amostras, catálogos, fichas técnicas ou certificados de materiais e equipamentos específicos, especialmente grama sintética, playground, aparelhos de academia, luminárias, pisos, revestimentos e outros itens em que a verificação prévia seja necessária, sem direcionamento de marca e observada a aceitação de equivalente técnico quando permitida.

19. DA POLÍTICA ANTIFRAUDE E DE ANTICORRUPÇÃO

a. Licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

b. Para os propósitos neste item, definem-se as seguintes práticas:

a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **“prática conluiada”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.





c. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

d. Considerando os propósitos neste item, as **LICITANTES** deverão concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

20. DA PREVISÃO NO PCA

20.1. Em consulta ao PCA/2026 disponibilizado para este processo, não foi localizada previsão específica individualizada com a descrição “Implantação de Infraestrutura Esportiva no Jardim Indianópolis”. A demanda, contudo, consolidou-se no exercício de 2026 no âmbito do Protocolo Estadual nº 25.483.429-7 e da Deliberação nº 01/2026 do Conselho Estadual do Esporte - CEE, com seleção de projeto e estruturação de transferência Fundo a Fundo, caracterizando fato superveniente apto a fundamentar a inclusão/adequação do PCA, sem dispensar sua formalização antes da fase externa.

20.2. Considerando o DECRETO nº 10672 de 01/12/2023, Art. 49. Ficam dispensados de registro no PCA, no inciso IV – Eventuais contratações que sejam custeadas a partir de recebimento de emendas parlamentares, transferências voluntárias, operação de créditos, superávit financeiro e excesso de arrecadação.

21. DA DO GESTOR CONTRATUAL E FISCAL CONTRATUAL

21.1. A gestão e a fiscalização serão exercidas por servidores formalmente designados, observando a qualificação necessária, a segregação de funções e as atribuições previstas na Lei nº 14.133/2021 e nos Decretos Municipais nº 10.625/2023 e nº 10.672/2023.

21.2. Fica indicada como Fiscal do Contrato Maria Carolina Rodrigues e Silva Manfrini, que deverá apor ciência no processo e exercer as atribuições definidas no ato de designação. O gestor, suplentes e eventual apoio técnico de engenharia serão indicados pela Administração antes da assinatura do contrato ou da Ordem de Serviço, conforme a organização interna.

21.3. O fiscal deverá utilizar, entre outros instrumentos, diário de obra, registros fotográficos, boletins de medição, notificações, relatórios e o Instrumento de Medição de Resultados - IMR constante do Anexo II, sem prejuízo do acompanhamento técnico de profissional habilitado quando a natureza do ato o exigir.

Campo Mourão, 09 de outubro de 2026.



Assinado eletronicamente por:

RENATO TERUO IKEDA

15/10/2026 08:23:44

Renato Teruo Ikeda

Engenheiro Civil

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

Karla Maria Tureck

Secretária Municipal de Esportes

Gestora do Contrato





Assinado eletronicamente por:

WELLINGTON SOUZA

14/10/2026 15:57:52

Assinatura digital avançada.



**PREFEITURA DE
CAMPO MOURÃO**
CAMPO MOURÃO | CIDADE ESCOLA

Wellington Souza
Diretor de Esportes
Fiscal Administrativo

Maria Carolina Rodrigues e Silva Manfrini
Eng. Civil
Fiscal Titular

Natani Cristina De Souza
Eng. Civil
Fiscal Suplente

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 14/10/2026 15:58 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/prp9d005f1c8ad0>





ANEXO I – PLANILHA RESUMIDA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	CÓDIGO IPM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	A definir	Execução da obra de Implantação de Infraestrutura Esportiva no Jardim Indianópolis, incluindo campo Society, campo auxiliar, vestiários, meia quadra de basquete, parque infantil, academia da terceira idade, drenagem, iluminação, acessibilidade e serviços complementares.	obra	1	R\$ 2.684.567,48	R\$ 2.684.567,48

**ANEXO II – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR**

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de Implantação de Infraestrutura Esportiva no Jardim Indianópolis, Rua Lar Paraná, nº 343, Campo Mourão/PR, conforme projetos, memoriais, orçamento e cronograma do empreendimento nº 9352.

1. FINALIDADE DO IMR

1.1. O presente Instrumento de Medição de Resultados - IMR estabelece critérios objetivos e proporcionais para acompanhamento da execução, verificação de conformidade, registro de ocorrências e apoio ao aceite das medições, em consonância com a Lei nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 10.625/2023, este Termo de Referência, o contrato, os projetos, memoriais, planilhas e cronograma físico-financeiro.

1.2. O IMR é instrumento auxiliar da fiscalização e não substitui o boletim de medição, diário de obra, ensaios, laudos, inspeções, ARTs, termos de recebimento ou avaliação técnica de engenharia. Sua finalidade é organizar evidências e tornar uniforme a análise do desempenho contratual, sem converter ocorrências em penalidade automática.

1.3. A medição e o pagamento permanecem vinculados aos serviços e etapas efetivamente executados e aceitos. O IMR poderá fundamentar aceite, ressalvas, determinação de correção, glosa do serviço não conforme, retenção da parcela afetada e comunicação ao gestor para providências, sempre mediante motivação e proporcionalidade.

2. APLICAÇÃO

2.1. O IMR será aplicado pela fiscalização contratual, com apoio do gestor e da equipe técnica de engenharia, ordinariamente em cada medição e sempre que houver entrega de etapa relevante, não conformidade, atraso, ocorrência de segurança ou necessidade de avaliação formal.

2.2. A avaliação deverá ser suportada por evidências, preferencialmente relatório fotográfico, diário de obra, boletim de medição, checklist, ensaios, certificados, comunicações, notificações e documentos equivalentes. O fiscal indicado é Maria Carolina Rodrigues e Silva Manfrini, sem prejuízo da atuação de apoio técnico legalmente habilitado.

2.3. A aplicação observará razoabilidade, proporcionalidade, formalização, contraditório na apuração de eventual infração e foco na obtenção do resultado contratado, evitando exigências burocráticas sem relação com qualidade, prazo, segurança ou interesse público.

3. PERIODICIDADE

3.1. A aplicação ordinária ocorrerá mensalmente, preferencialmente em conjunto com a medição e com a atualização do cronograma físico-financeiro.

3.2. Haverá aplicação extraordinária quando forem identificados atraso injustificado, falha de drenagem, inconformidade de fundação/estrutura, material ou equipamento rejeitado,





deficiência de acessibilidade, risco de segurança, falha ambiental, descumprimento de ordem da fiscalização ou ocorrência que possa comprometer a qualidade, o prazo ou a utilização futura do complexo.

4. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

4.1. Para fins de avaliação simplificada, serão observados os seguintes indicadores mínimos:

Indicador	Critério de verificação	Forma de comprovação	Resultado esperado
1. Documentação e condições de início	ART, garantia, seguros quando exigidos, preposto, responsável técnico, documentos de segurança e demais requisitos prévios.	Processo, contrato, ARTs, apólices, relatórios e registros.	Documentação válida e completa.
2. Cumprimento do cronograma físico-financeiro	Evolução compatível com o cronograma e caminho crítico, salvo justificativa aceita.	Cronograma, boletim de medição, diário de obra e relatórios.	Execução no prazo ou desvio justificado e tratado.
3. Conformidade técnica dos serviços	Execução de acordo com projetos, memoriais, planilha, normas e ordens formais.	Vistorias, medições, fotos, diário e laudos.	Serviços executados e aceitos.
4. Controle de materiais e qualidade	Materiais novos e compatíveis, ensaios e certificados quando previstos; concreto, pisos, estruturas, instalações e acabamentos conformes.	Ensaio, certificados, fichas técnicas, notas e registros.	Materiais e serviços conformes.
5. Drenagem e desempenho das superfícies	Drenos, caixas, caimentos, bases, pisos e campos implantados sem empoçamentos, falhas ou defeitos aparentes.	Testes, inspeções, registros fotográficos e medições.	Escoamento e superfícies funcionais.
6. Acessibilidade e segurança de uso	Rotas acessíveis, pisos, sanitário PCD, circulação, guarda-corpos/fechamentos e demais requisitos executados conforme projeto.	Checklist de acessibilidade, fotos e vistoria.	Uso seguro e acessível.
7. Equipamentos esportivos e recreativos	Instalação, fixação, acabamento e funcionamento de traves, playground, ATI e demais equipamentos.	Fichas técnicas, fotos, testes e aceite.	Equipamentos completos e funcionais.
8. Segurança do trabalho e proteção de terceiros	Uso de EPI/EPC, isolamento, organização do canteiro e prevenção de acidentes.	Vistorias, fotos, registros e notificações.	Canteiro seguro e controlado.





9. Gestão ambiental e resíduos	Controle de resíduos, poeira e destinação ambientalmente adequada.	MTRs/comprovantes, fotos e relatórios.	Impactos controlados e resíduos destinados.
10. Comunicação e correção de não conformidades	Atendimento às solicitações, presença do preposto e saneamento das pendências no prazo fixado.	Comunicações, notificações, reinspeções e aceite.	Respostas tempestivas e pendências sanadas.

5. ESCALA SIMPLIFICADA DE RESULTADO

5.1. Cada indicador será classificado conforme a seguinte escala:

- Conforme: obrigação integralmente atendida, sem pendência relevante e com evidências suficientes de aceitação.
- Conforme com ressalva: falha pontual de baixo ou médio impacto, corrigível em prazo definido e que não impeça, por si só, o prosseguimento da medição da parcela tecnicamente aceita.
- Não conforme: descumprimento relevante ou recorrente, serviço rejeitado, atraso injustificado, deficiência técnica, documental, ambiental, de acessibilidade ou segurança que comprometa o aceite, o cronograma, a funcionalidade, o patrimônio público ou o interesse coletivo.

5.2. A classificação considerará gravidade, extensão, reincidência, impacto no caminho crítico do cronograma, risco à segurança e acessibilidade, efeito sobre sistemas interdependentes, custo de correção e postura da contratada no saneamento da ocorrência.

6. CONSEQUÊNCIAS DA AVALIAÇÃO

6.1. Resultado “Conforme”: a medição poderá prosseguir, desde que os serviços estejam efetivamente executados e aceitos e os demais requisitos de pagamento estejam satisfeitos.

6.2. Resultado “Conforme com ressalva”: a fiscalização fixará providência e prazo para correção. A parcela não afetada poderá ser medida quando tecnicamente separável, sem renúncia ao direito de exigir o saneamento da pendência.

6.3. Resultado “Não conforme”: a fiscalização poderá propor, conforme a natureza da ocorrência:

- rejeição total ou parcial dos serviços não conformes;
- glosa dos valores correspondentes aos serviços não executados ou executados em desconformidade;
- retenção da medição até correção da pendência, quando a não conformidade impedir o aceite técnico;
- determinação de refazimento dos serviços às expensas da contratada;
- emissão de notificação formal;
- comunicação ao gestor do contrato para adoção de providências administrativas;
- abertura de procedimento para apuração de responsabilidade, quando houver indícios de infração contratual;
- acionamento de garantia, seguro ou demais mecanismos contratuais, quando cabível.

6.4. A aplicação de sanções administrativas dependerá de procedimento próprio e não decorrerá automaticamente da classificação do IMR, devendo ser observados contraditório, ampla defesa, tipicidade, proporcionalidade e os regulamentos municipais.

7. MODELO SIMPLIFICADO DE REGISTRO DO IMR

Contrato nº: _____ | Processo nº: _____ | Contratada: _____ | Objeto: Infraestrutura Esportiva - Jardim Indianópolis | Período avaliado: ____/____/____ a ____/____/____ | Medição nº: _____ | Fiscal: Maria Carolina Rodrigues e Silva Manfrini | Gestor do contrato: _____

Indicador	Conforme	Conforme com ressalva	Não conforme	Observações / providências
-----------	----------	-----------------------	--------------	----------------------------





1. Documentação e condições de início	☐	☐	☐	
2. Cumprimento do cronograma físico-financeiro	☐	☐	☐	
3. Conformidade técnica dos serviços	☐	☐	☐	
4. Controle de materiais e qualidade	☐	☐	☐	
5. Drenagem e desempenho das superfícies	☐	☐	☐	
6. Acessibilidade e segurança de uso	☐	☐	☐	
7. Equipamentos esportivos e recreativos	☐	☐	☐	
8. Segurança do trabalho e proteção de terceiros	☐	☐	☐	
9. Gestão ambiental e resíduos	☐	☐	☐	
10. Comunicação e correção de não conformidades	☐	☐	☐	

8. CONCLUSÃO DA AVALIAÇÃO

Após a verificação dos indicadores acima, a fiscalização conclui que a execução no período avaliado se encontra:

- ☐ Regular, sem ressalvas relevantes, podendo a medição seguir para análise e pagamento, se atendidos os demais requisitos contratuais.
- ☐ Regular com ressalvas, condicionada à correção das pendências indicadas neste instrumento.
- ☐ Irregular ou não conforme, devendo ser suspensa, glosada ou ajustada a medição correspondente, sem prejuízo de notificação da contratada e adoção das providências administrativas cabíveis.

Pendências identificadas:

Prazo para correção, quando aplicável:

Providências recomendadas ao gestor do contrato:

9. ASSINATURAS

Campo Mourão/PR, ____ de _____ de ____.

Fiscal do Contrato | Nome: Maria Carolina Rodrigues e Silva Manfrini | Cargo: _____
| Matrícula: _____

Gestor do Contrato | Nome: _____ | Cargo: _____
| Matrícula: _____

Representante/Preposto da Contratada | Nome: _____ |
Cargo/Função: _____ | Assinatura: _____





ANEXO III – JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS COMPLEMENTARES

1. JUSTIFICATIVA DOS ÍNDICES CONTÁBEIS

1.1. A exigência dos índices de Liquidez Corrente, Liquidez Geral e Solvência Geral, iguais ou superiores a 1,00, justifica-se pela necessidade de aferir capacidade econômico-financeira mínima para execução de obra estimada em R\$ 2.684.567,48, com prazo físico de 6 (seis) meses, mobilização simultânea de equipe e materiais, aquisição de insumos e equipamentos, garantias e manutenção de fluxo financeiro suficiente para evitar paralisações por incapacidade econômica.

1.2. A Liquidez Corrente evidencia capacidade de honrar obrigações de curto prazo; a Liquidez Geral amplia a análise para obrigações de curto e longo prazo; e a Solvência Geral verifica a suficiência do ativo frente ao passivo exigível. São índices objetivos e usuais, empregados como patamar mínimo e não como seleção por maior capacidade financeira.

1.3. A exigência deve ser aplicada sem excesso, admitindo-se a alternativa legalmente prevista no edital para capital social ou patrimônio líquido, quando cabível, e vedando-se índices, faturamento mínimo ou condições que não guardem relação direta com os riscos da contratação.

2. JUSTIFICATIVA DA INVERSÃO DE FASES

2.1. A inversão das fases constitui opção excepcional expressamente autorizada pelo art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e pelo art. 74, § 1º, do Decreto Municipal nº 10.672/2023, desde que prevista no edital e sustentada por ato motivado que explicita benefícios concretos. Neste caso, a motivação está associada à necessidade de verificar, antes da disputa de preços, se os interessados dispõem de capacidade técnica, operacional e econômico-financeira mínima para executar obra integrada com prazo de 6 (seis) meses e diversas frentes interdependentes.

2.2. Os benefícios esperados são objetivos: (i) concentrar a disputa econômica entre licitantes previamente aptos; (ii) reduzir o risco de lances muito agressivos apresentados por empresas sem estrutura compatível, seguidos de inabilitação ou incapacidade de mobilização; (iii) evitar sucessivas análises de propostas de licitantes que posteriormente não atenderiam às parcelas técnicas essenciais; (iv) aumentar a previsibilidade do cronograma e a segurança para implantação coordenada de drenagem, fundações, estruturas, instalações, campos, grama sintética e equipamentos; (v) diminuir a probabilidade de paralisação, retrabalho e deterioração de etapas já executadas; e (vi) tornar mais eficiente o emprego da equipe técnica municipal no julgamento e fiscalização da futura contratação.

2.3. A inversão não se presta a restringir competição nem autoriza habilitação excessiva. Os requisitos deverão limitar-se ao necessário e proporcional, especialmente às parcelas de maior relevância, e o edital deverá observar o art. 63, III, da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual os documentos relativos à regularidade fiscal serão exigidos somente após o julgamento e apenas do licitante mais bem classificado. Também deverão ser preservados os benefícios das ME/EPP e confirmada, antes da publicação, a capacidade da plataforma eletrônica de processar corretamente o rito invertido, evitando diligências ou recebimento de documentos em fase incompatível.

3. JUSTIFICATIVA DA CARACTERIZAÇÃO COMO OBRA COMUM DE ENGENHARIA / BAIXA COMPLEXIDADE RELATIVA

3.1. A Lei nº 14.133/2021 não apresenta conceito expresso de “obra comum”, embora o art. 55, II, diferencie, para fins de prazo, obras e serviços comuns e especiais de engenharia. Para este empreendimento, adota-se a classificação de obra comum de engenharia e de baixa complexidade relativa porque os padrões de desempenho, qualidade e aceitação podem ser definidos objetivamente pelos projetos, memoriais, planilhas, normas técnicas e critérios de medição, sem necessidade de julgamento técnico subjetivo.

3.2. Os serviços são predominantemente usuais no mercado da construção civil: movimento de terra, drenagem com tubos e caixas, estacas broca de concreto, estruturas de concreto moldado in loco, alvenaria, revestimentos, instalações prediais, iluminação, pisos intertravados, alambrados, grama sintética, montagem de playground e aparelhos de





academia. A própria planilha adota majoritariamente referências padronizadas como SINAPI, ORSE e DER, demonstrando existência de métodos, composições e parâmetros de mercado consolidados.

3.3. Mesmo os elementos que exigem maior cuidado técnico permanecem objetivamente definidos. As fundações previstas na planilha incluem estacas broca de concreto de 20 cm executadas com trado, solução construtiva convencional; a drenagem do campo utiliza drenos, geotêxtil, tubos perfurados e caixas com dimensões especificadas; e os vestiários possuem área de 63,40 m², com estrutura, alvenaria e instalações detalhadas. Não se identificou tecnologia singular, método experimental, estrutura excepcional, obra de arte especial ou requisito de inovação que imponha enquadramento como obra especial.

3.4. Baixa complexidade relativa não significa baixa responsabilidade. Permanecem indispensáveis ART, responsável técnico, habilitação proporcional, controle de materiais, ensaios, segurança, acessibilidade, gestão de riscos, fiscalização e recebimento formal. O enquadramento apenas reconhece que a qualidade pode ser aferida por critérios objetivos e que o mercado dispõe de empresas aptas a executar a solução com técnicas correntes.

3.5. Consequentemente, adotado o critério de menor preço global, é tecnicamente defensável utilizar o prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis previsto no art. 55, II, "a", da Lei nº 14.133/2021 para obras comuns de engenharia. Por cautela, a autoridade poderá estabelecer prazo superior sempre que entender necessário para ampliar a competição ou diante de alterações relevantes dos projetos, sem que isso implique reclassificação automática do objeto.

4. JUSTIFICATIVA DA HABILITAÇÃO TÉCNICA E DOS ACERVOS

4.1. As exigências de habilitação técnica serão limitadas às parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo indicadas pela engenharia a partir dos projetos, planilha e Curva ABC, com quantitativos mínimos, quando adotados, não superiores a 50% das respectivas parcelas e sem exigência de serviços acessórios isolados.

4.2. A comprovação deverá admitir experiências equivalentes ou superiores e somatório razoável de atestados, evitando direcionamento por identidade absoluta de obra anterior. O objetivo é demonstrar capacidade para gerenciar e executar sistemas semelhantes, e não reproduzir integralmente o empreendimento do Jardim Indianópolis.

4.3. A qualificação técnico-profissional e técnico-operacional deverá preservar a competitividade e observar os limites dos arts. 67 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, com exigências vinculadas aos riscos efetivos da obra e justificadas nos autos.

ANEXO IV – RELAÇÃO COMPLETA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, GARANTIAS E SEGUROS

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. A habilitação observará os arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021 e será composta por habilitação jurídica, qualificação técnica, habilitação fiscal, social e trabalhista e habilitação econômico-financeira, exigindo-se apenas documentos necessários, pertinentes e proporcionais ao objeto da contratação.

1.2. Em razão da inversão de fases, a habilitação jurídica, técnica e econômico-financeira será analisada antes do julgamento das propostas, em relação aos licitantes participantes da fase de habilitação. A documentação relativa à regularidade fiscal deverá observar o art. 63, III, da Lei nº 14.133/2021, sendo exigida somente após o julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado.

1.3. Os documentos poderão ser apresentados em original, por cópia, por meio eletrônico ou substituídos por registro cadastral válido, quando admitido no edital e nos termos do art. 70 da Lei nº 14.133/2021. Poderão ser realizadas diligências exclusivamente para esclarecer, complementar informações sobre documentos já apresentados ou comprovar fatos existentes à época própria, nos limites do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. As certidões deverão estar válidas na data em que forem exigidas. Quando o documento não indicar prazo de validade, será observado o prazo definido no edital, de forma uniforme para todos os licitantes.





1.5. Às microempresas e empresas de pequeno porte será assegurado o tratamento previsto na Lei Complementar nº 123/2006, inclusive quanto à regularização de eventual restrição fiscal e trabalhista no momento legalmente cabível.

2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

2.1. Para empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, ou documento equivalente que comprove a existência jurídica.

2.2. Para sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada quando ainda houver registro correspondente: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado das alterações ou da consolidação e dos documentos de eleição, nomeação ou designação dos atuais administradores, quando aplicável.

2.3. Para sociedade anônima: estatuto social vigente, devidamente registrado, acompanhado da ata de eleição da diretoria e demais documentos de representação exigíveis.

2.4. Para sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

2.5. Para filial, sucursal ou agência: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no registro competente da localidade onde atua, acompanhada da correspondente averbação no registro da sede/matriz, quando exigível.

2.6. Para empresa estrangeira autorizada a funcionar no Brasil: ato de autorização para funcionamento no País e demais documentos equivalentes exigidos pela legislação e pelo regulamento aplicável.

2.7. Quando admitida participação em consórcio: compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados; indicação da empresa líder; definição das obrigações e participação de cada integrante; declaração de responsabilidade solidária; comprovação de que nenhuma consorciada participa isoladamente ou em outro consórcio no mesmo certame; e compromisso de constituição e registro formal antes da celebração do contrato, observadas as demais regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e do edital.

2.8. Os documentos de representação deverão permitir identificar os poderes do signatário para praticar atos no certame, podendo ser exigida procuração ou instrumento equivalente quando o representante não constar dos atos constitutivos.

3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

3.3. Certidão conjunta ou documento equivalente que comprove a regularidade perante a Fazenda Federal, inclusive quanto aos tributos federais, à Dívida Ativa da União e às contribuições sociais administradas pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, na forma da legislação específica.

3.4. Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, na forma da legislação específica.

3.5. Certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, relativa aos tributos pertinentes à atividade e ao objeto, na forma da legislação específica.

3.6. Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal ou documento eletrônico equivalente.

3.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, emitida na forma da legislação aplicável.

3.8. Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, quanto à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

3.9. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, na forma do art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021.





4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1. Balanço patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício - DRE e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, ressalvadas as hipóteses legais.

4.2. Para pessoa jurídica constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos contábeis limitar-se-ão ao último exercício social. Para empresa criada no exercício financeiro da licitação, será admitido balanço de abertura, na forma do art. 65, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Quando a escrituração for realizada por Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, serão aceitos os documentos contábeis e respectivos recibos/termos de autenticação ou transmissão na forma legalmente aplicável.

4.4. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante. Havendo recuperação judicial ou extrajudicial, serão observadas as condições legais e a demonstração de capacidade econômico-financeira para execução do contrato, conforme edital e análise jurídica quando necessária.

4.5. Comprovação dos índices de Liquidez Corrente - LC, Liquidez Geral - LG e Solvência Geral - SG iguais ou superiores a 1,00, calculados a partir das demonstrações contábeis exigíveis, conforme as seguintes fórmulas: $LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$; $LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$; $SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$.

4.6. Memória de cálculo dos índices econômico-financeiros, assinada por profissional habilitado da área contábil ou extraída de sistema oficial/contábil que permita sua conferência, podendo a Administração exigir declaração do profissional contábil atestando o atendimento aos índices previstos no edital.

4.7. A licitante que não atingir qualquer dos índices mínimos poderá comprovar, se assim previsto no edital, capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, correspondente, na estimativa atual de R\$ 2.684.567,48, a R\$ 268.456,75, observado o art. 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

4.8. deverá ser exigida relação dos compromissos assumidos pela licitante que importem diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas as parcelas já executadas dos contratos firmados, nos termos do art. 69, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

4.9. Não serão exigidos faturamento mínimo anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade, nem índices ou valores não usualmente adotados para aferição da situação econômico-financeira.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - REGISTRO PROFISSIONAL E RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

5.1. Certidão de registro ou inscrição da pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou no conselho profissional competente, válida e compatível com as atividades abrangidas pelo objeto.

5.2. Certidão de registro ou inscrição do(s) profissional(is) indicado(s) como responsável(is) técnico(s), no conselho profissional competente, com atribuições compatíveis com as parcelas que assumirá(ão).

5.3. Indicação de responsável técnico principal, preferencialmente Engenheiro Civil ou profissional legalmente habilitado com atribuições compatíveis com a execução da obra, acompanhado de declaração de disponibilidade e compromisso de participação durante a execução contratual.

5.4. Comprovação do vínculo do responsável técnico com a licitante, admitidos contrato social, registro empregatício, contrato de prestação de serviços, termo de compromisso, declaração de futura contratação acompanhada da anuência do profissional ou outro meio juridicamente idôneo, conforme previsto no edital.

5.5. Quando as atribuições técnicas exigirem profissionais de especialidades distintas, a licitante deverá indicar ou comprometer-se a disponibilizar profissionais legalmente habilitados para instalações elétricas, estruturas, fundações, drenagem, instalações hidrossanitárias e demais serviços especializados, podendo a comprovação definitiva dos vínculos e as





respectivas ARTs/RRTs ser exigidas antes da Ordem de Serviço, de modo a não impor custo desnecessário na fase de habilitação.

5.6. Caso a empresa ou profissional esteja registrado em outra unidade da Federação, o visto ou registro secundário perante o CREA-PR, quando legalmente necessário, poderá ser exigido para a contratação ou antes da emissão da Ordem de Serviço, não como condição prévia de participação no certame.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL - ACERVO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

6.1. Apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, acompanhada do respectivo atestado de responsabilidade técnica, em nome do profissional indicado, emitida/registrada pelo conselho profissional competente, comprovando experiência anterior na execução de obra ou serviço de características semelhantes às parcelas de maior relevância da presente contratação.

6.2. Para a qualificação técnico-profissional serão aceitas CATs que demonstrem experiência, sem imposição de quantitativo mínimo ao profissional, nas seguintes características relevantes:

I - drenagem profunda ou sistema equivalente: quantitativo de referência do orçamento de 328,88 m; exigência técnico-operacional mínima de 164,44 m, correspondente a 50% do quantitativo previsto;

II - alambrado estruturado em tubos de aço galvanizado com tela, ou solução tecnicamente equivalente: quantitativo de referência de 1.045,68 m²; exigência técnico-operacional mínima de 522,84 m²;

III - fornecimento e instalação de gramado sintético esportivo: quantitativo de referência de 2.355,60 m²; exigência técnico-operacional mínima de 1.177,80 m².

6.3. As parcelas e quantitativos acima poderão ser apresentadas em uma única Certidão contendo todos os serviços exigidos ou em diversas Certidões, desde que a somatória de cada serviço corresponda ao mínimo exigido. Qualquer alteração deverá ser expressamente motivada e permanecer dentro dos limites do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

6.4. Será admitido o somatório de até 2 (dois) atestados/acervos por parcela relevante para atingir o quantitativo mínimo, conforme justificativa técnica constante deste Termo de Referência. Um único atestado será suficiente quando comprovar integralmente a experiência exigida.

6.5. Os atestados deverão conter, sempre, identificação do contratante e do contratado, objeto, local, período de execução, quantitativos, características técnicas, identificação do responsável pela emissão e elementos suficientes para permitir a verificação de autenticidade e compatibilidade.

6.6. Poderão ser aceitos atestados relativos a obras concluídas ou parcelas executadas de contratos em andamento, desde que os serviços efetivamente executados estejam individualizados e sejam suficientes para comprovar a capacidade exigida.

6.7. A Administração poderá realizar diligência perante o emitente do atestado, conselho profissional ou bases oficiais para confirmar autenticidade, quantitativos, período, responsáveis técnicos e demais informações relevantes.

6.8. Não serão exigidos atestados específicos para itens acessórios, administrativos ou de baixa materialidade técnica, tais como placa de obra, canteiro, administração local, limpeza, mobilização/desmobilização, pequenos acabamentos ou itens isolados sem relevância para o risco técnico do empreendimento.

6.9. Quando o edital admitir comprovação de aspecto técnico específico mediante atestado de potencial subcontratado, será observado o limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto licitado, nos termos do art. 67, § 9º, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da autorização posterior da subcontratação.

6.10. Os profissionais indicados para fins de habilitação deverão participar da execução da obra ou serviço, admitida sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Administração, nos termos do art. 67, § 6º, da Lei nº 14.133/2021.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL - ATESTADOS E ACERVOS DA EMPRESA





7.1. A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnico-operacional emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da própria licitante, demonstrando execução satisfatória de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, admitida Certidão de Acervo Operacional - CAO, certidão do conselho competente ou documento equivalente, quando cabível.

7.2. Considerando o orçamento estimado de R\$ 2.684.567,48 e o critério do art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, foram identificadas como parcelas individualmente superiores a 4% do valor estimado e tecnicamente relevantes, sujeitas à comprovação operacional mínima:

a) execução de sistemas de drenagem profunda ou rede de drenagem equivalente; b) execução/instalação de alambrados ou cercamentos metálicos estruturados em equipamentos esportivos, urbanos ou obras de porte compatível; c) fornecimento e instalação de gramado sintético para uso esportivo, incluindo preparação da base e/ou drenagem quando integrante do acervo.

7.3. As parcelas acima poderão ser apresentadas em uma única Certidão contendo todos os serviços exigidos ou em diversas Certidões distintas especificando cada serviço exigido. Qualquer alteração deverá ser expressamente motivada e permanecer dentro dos limites do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

7.4. Os atestados deverão conter, sempre, identificação do contratante e do contratado, objeto, local, período de execução, quantitativos, características técnicas, identificação do responsável pela emissão e elementos suficientes para permitir a verificação de autenticidade e compatibilidade.

7.5. Poderão ser aceitos atestados relativos a obras concluídas ou parcelas executadas de contratos em andamento, desde que os serviços efetivamente executados estejam individualizados e sejam suficientes para comprovar a capacidade exigida.

7.6. A Administração poderá realizar diligência perante o emitente do atestado, conselho profissional ou bases oficiais para confirmar autenticidade, quantitativos, período, responsáveis técnicos e demais informações relevantes.

7.7. Não serão exigidos atestados específicos para itens acessórios, administrativos ou de baixa materialidade técnica, tais como placa de obra, canteiro, administração local, limpeza, mobilização/desmobilização, pequenos acabamentos ou itens isolados sem relevância para o risco técnico do empreendimento.

7.8. Quando o edital admitir comprovação de aspecto técnico específico mediante atestado de potencial subcontratado, será observado o limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto licitado, nos termos do art. 67, § 9º, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da autorização posterior da subcontratação.

8. DECLARAÇÕES E COMPROVAÇÕES TÉCNICAS COMPLEMENTARES

8.1. Declaração de que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, nos termos do art. 67, VI, da Lei nº 14.133/2021. A vistoria presencial, se prevista, será facultativa e poderá ser substituída por declaração formal de conhecimento das condições do local.

8.2. Relação do pessoal técnico, instalações, equipamentos e aparelhamento adequados e disponíveis para a execução da obra, acompanhada da qualificação dos membros da equipe técnica quando exigida, nos termos do art. 67, III, da Lei nº 14.133/2021.

8.3. Declaração de disponibilidade dos equipamentos essenciais à execução das frentes de serviço, admitindo-se equipamentos próprios, locados ou a contratar, vedada exigência de propriedade prévia como condição de habilitação, salvo hipótese legal e tecnicamente justificada.

8.4. Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos necessários ao cumprimento das obrigações trabalhistas e demais encargos incidentes, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do edital.

9. GARANTIA DE PROPOSTA - REQUISITO DE PRÉ-HABILITAÇÃO

9.1. Será exigida garantia de proposta no percentual de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, correspondente a R\$ 26.845,67 com base no orçamento atual de R\$ 2.684.567,48, a ser comprovada no momento da apresentação da proposta, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.





9.2. A garantia de proposta poderá ser prestada, à escolha do licitante, nas modalidades admitidas pelo art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública; seguro-garantia; fiança bancária emitida por instituição autorizada; ou título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

9.3. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo legal de 10 (dez) dias úteis contado da assinatura do contrato ou da declaração de licitação fracassada. A recusa injustificada em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para contratação implicará execução integral da garantia, sem prejuízo das demais consequências legais.

9.4. A garantia de proposta não integra a habilitação econômico-financeira; constitui requisito de pré-habilitação e deverá ser tratada no edital em momento compatível com o art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

10. GARANTIA CONTRATUAL E GARANTIA ADICIONAL

10.1. O licitante vencedor deverá prestar garantia de execução contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, nas modalidades admitidas pelo art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, observadas as regras e prazos do edital e do contrato.

10.2. Caso o contratado opte pela modalidade seguro-garantia para a garantia contratual, o edital deverá assegurar o prazo mínimo legal contado da homologação e anterior à assinatura do contrato para apresentação da apólice, conforme art. 96, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

10.3. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, em montante equivalente à diferença entre 85% do orçamento e o valor da proposta, sem prejuízo da garantia contratual de 5%, conforme art. 59, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

10.4. A garantia contratual deverá permanecer válida durante o período exigido no contrato e acompanhar eventuais alterações, prorrogações e acréscimos, sendo liberada ou restituída após a fiel execução contratual ou nas demais hipóteses legais.

10.5. A exigência da garantia contratual e da garantia adicional não constitui documento de habilitação; trata-se de condição da contratação e de mecanismo de proteção da execução contratual.

11. SEGUROS OBRIGATÓRIOS PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO

11.1. Antes da emissão da Ordem de Serviço, a contratada deverá apresentar Seguro de Riscos de Engenharia, com vigência e coberturas compatíveis com o prazo, valor, etapas e riscos do empreendimento, contemplando os danos materiais à obra, materiais incorporados, canteiro, instalações temporárias e eventos cobertos previstos na apólice e no edital.

11.2. Deverá ser apresentado Seguro de Responsabilidade Civil de Obras, com cobertura compatível para danos corporais e materiais causados a terceiros, usuários, trabalhadores não abrangidos por cobertura específica, imóveis vizinhos, redes e bens públicos em decorrência da execução, observados os limites e franquias definidos no edital/contrato.

11.3. As apólices deverão identificar corretamente o objeto, local de execução, contratada e Município de Campo Mourão como segurado adicional, cossegurado ou beneficiário, conforme a natureza da cobertura, e deverão permanecer válidas pelo período contratualmente exigido, com endossos em caso de alteração do prazo ou do valor do contrato.

11.4. A contratada deverá apresentar comprovante de vigência e autenticidade das apólices e, quando solicitado, comprovante de pagamento do prêmio, sem prejuízo da regra legal aplicável ao seguro-garantia contratual.

11.5. Os seguros previstos neste item são condições para o início da execução e não requisitos de habilitação, não devendo ser exigidos de todos os licitantes na fase competitiva, evitando custos desnecessários e restrição à competição.

12. DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO

12.1. Sem prejuízo dos documentos de habilitação já apresentados, o vencedor deverá, no momento definido no edital e antes da Ordem de Serviço, apresentar ou manter atualizados: garantia contratual; eventual garantia adicional; Seguro de Riscos de Engenharia; Seguro de Responsabilidade Civil de Obras; ART/RRT de execução e demais responsabilidades técnicas; indicação formal do preposto; relação final da equipe técnica; documentos dos





**PREFEITURA DE
CAMPO MOURÃO**
CAMPO MOURÃO | CIDADE ESCOLA

responsáveis técnicos; cronograma executivo compatibilizado; plano de execução; plano de controle tecnológico; plano de segurança e demais documentos técnicos previstos no contrato.

12.2. A falta de documento que constitua condição de contratação ou de início da execução deverá ser tratada conforme o edital e a Lei nº 14.133/2021, não se confundindo com a análise dos requisitos de habilitação já concluída.





**ANEXO V –
CHECKLIST DOS ELEMENTOS OBRIGATÓRIOS DO TERMO DE REFERÊNCIA**

Art.70 [Lei Federal nº. 14.133/2021](#)
[Decreto Municipal nº. 10.672 de 01 de dezembro de 2023](#) (Regulamento Geral)

	Descrição do requisito	Conformidade	Inconformidade	Não se aplica
I.	Definição do objeto, incluídos sua natureza, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;	X		
II.	Fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;	X		
III.	Descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;	X		
IV.	Requisitos da contratação e as especificações técnicas detalhadas do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança, para o pleno atendimento da necessidade que ensejou a contratação;	X		
V.	Modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento	X		
VI.	Modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade	X		
VII.	Critérios de medição e de pagamento	X		
VIII.	Forma e critérios de seleção do fornecedor: 1. Justificativa para exigência de habilitação econômico-financeira e/ou técnica, se for o caso, para que: 2. Demonstrem a necessidade da exigência (ex: risco de inadimplemento, complexidade do objeto, alto valor envolvido); 3. Justifiquem a proporcionalidade dos parâmetros adotados; 4. O termo de referência possui capítulo que trata da contratação de microempresa e empresa de pequeno porte, inclusive avaliando o aspecto local e regional, cotas e subcontratação? (inciso XVI, do art. 70, do Regulamento Geral) *Não se aplica: Quando inexistentes itens menores do que R\$ 80.000,00. **Conformidade: Quando existentes itens menores do que R\$ 80.000,00 e capítulo do TR possuir informações da aplicação ou não dos benefícios para itens específicos. ***Inconformidade: Quando existentes itens menores do que R\$ 80.000,00, mas 1) não há capítulo específico no TR, ou 2) que a unidade administrativa requisitante não justifica a não aplicação do benefício, em decorrência: - da natureza do produto - a inexistência na região de, pelo menos, 3 (três) fornecedores considerados de pequeno porte, - exigência de qualidade específica, - risco de fornecimento considerado alto ou qualquer outro aspecto impeditivo da participação de microempresas ou empresas de pequeno porte 5. O termo de referência que aponte a necessidade de se realizar licitação com restrição territorial local ou regional, está devidamente acompanhado de: I. amparada em uma política pública municipal com metas e indicadores estabelecidos por meio de plano de ação específico;	X		





	II. amparada em ampla pesquisa para formação dos preços de referência que obrigatoriamente deverão se aproximar dos preços praticado no mercado; III. amparada na existência comprovada de, no mínimo, 03 (três) microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente do ramo do objeto da licitação a ser realizada; IV. amparada pela previsão expressa no termo de referência indicando os itens e cotas nos quais serão aplicadas a restrição geográfica. *Conformidade: Quando preenchido todos os requisitos **Inconformidade: Quando não preenchido algum dos requisitos ***Não se aplica: Quando a unidade requisitante não tem interesse em se restringir territorialmente, nos termos do Decreto Municipal nº. 8.680/2020 É bem, serviço ou obra de natureza divisível? (Art. 11, do Decreto 8.680/2020) *Conformidade: Se tiver natureza divisível e haja reserva de cota para microempresa ou empresa de pequeno porte, de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto divisível. *Conformidade: Se tiver natureza divisível, acompanhado de justificativa para não aplicar cota, com fundamento no prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto. **Inconformidade: Caso o bem seja divisível e não haja reserva de cota ou justificativa. 6. Possibilidade de subcontratação e alteração subjetiva durante a execução contratual;		
IX.	Valor da contratação, acompanhadas, quando couber, dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;	X	
X.	Adequação orçamentária com a fonte de recurso correspondente e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual;	X	
XI.	Especificações do produto e serviço: • Preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização (qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança) • Avaliação da necessidade de inserir como obrigação do contratado a execução de logística reversa;	X	
XII.	Da entrega dos produtos ou forma de fornecimento e/ou prestação do serviços: • Indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso	X	
XIII.	Prazo do contrato e previsão de reajuste	X	
XIV.	Especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;	X	
XV.	Das obrigações da contratada	X	
XVI.	Das obrigações do contratante	X	
XVII.	Resultados pretendidos desde o início até o encerramento do contrato;	X	
XVIII.	Exigência de catálogo, amostra ou prova de conceito	X	
XIX.	Da política antifraude e anticorrupção	X	
XX.	Da previsão no PCA	X	
XXI.	Assinaturas e designação de servidores: • autoridade política competente (Prefeito ou Secretários ou Diretor-Presidente);	X	





• gestão e fiscalização do contrato com assinatura de ciência • Comissão técnica de análise de catálogo e amostra, se for o caso			
--	--	--	--



Assinado eletronicamente por:

KARLA MARIA TURECK

16/10/2026 08:54:21

Assinatura digital avançada.

